

12.3.2.3 - Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados referente ao exercício económico de 2012

I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e outras

1- Relativamente às entidades incluídas na consolidação:

Na consolidação foram incluídos o Instituto Politécnico de Viseu e os Serviços de Ação Social.

<p>Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)</p> <p>Endereço: Av.ª José Maria Vale de Andrade</p> <p>Código de classificação orgânica: 11.1.04.83.00</p> <p>Código de classificação orgânica PIDDAC: 11.8.04.83.00</p> <p>Tutela: Ministério do Ensino e da Ciência</p> <p>Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos</p> <p>NPC: 680 033 548</p>

<p>Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Superior Politécnico de Viseu</p> <p>Endereço: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico 3504-510 Viseu</p> <p>Código da Classificação Orgânica: 11 0 10 48 400</p> <p>Tutela: Ministério da Educação e Ciência</p> <p>Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos</p> <p>NPC: 600 044 742</p>
--

Esta consolidação está prevista no artigo 77º dos Estatutos do IPV, publicados a através do Despacho Normativo nº 12-A/2009, em 27 de Março.

3- Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício

Os recursos humanos afectos-690- dizem respeito ao Pessoal Docente e Pessoal Não Docente, distribuídos pelas seguintes categorias:

- 429 docentes a que correspondem 376,30 docentes ETÍ's (equivalentes a tempo inteiro)
- 250 trabalhadores

- 11 dirigentes, dos quais 4 a desempenhar funções em órgãos de gestão no Instituto, concretamente: Presidente (1) e Vice-Presidente(3).

O efetivo deste Instituto, à data de 31/12/2012, era constituído por **690 trabalhadores**, dos quais:

Docentes	Dirigentes	Não Docente
429	11	250

Dos 429 docentes, apenas **376,30** correspondem a docentes equivalentes a tempo inteiro (*ETI's*) dado que muitos estavam contratados **em regime de tempo parcial**.

Os docentes equivalentes a tempo inteiro, por Escola integrada, eram:

		ESEV	ESTGV	ESAV	ESSV	ESTGL
Nº Docentes ETI's	M	40	118,4	13	13,5	15,4
	F	56	47,9	23,7	30,3	18,1
Total		96	166,3	36,7	43,8	33,5
Estrutura		255	44%	9%	11%	11%

Os docentes *ETI's* encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

Docentes	Categorias	Nº Docentes	Observações	Artigo 30º do RJIES
CARREIRA	Professor Coordenador	46	Dos quais 43 em regime de tenure e 3 em regime de período experimental	40%
	Professor Adjunto	128	Dos quais 22 estão em CTFP-TI em regime experimental	
TOTAL		174		
	Assistentes 1º triénio	10,9		60%
	Prof Adjuntos convidados	6,8		
	Assistente 2º triénio	6		
	Equip. Prof Adjunto	21		

	Equip. Assistente	112		
	Assistentes convidados	45,6		
	TOTAL	202,3		
	TOTAL GERAL	376,3		

A modalidade de vinculação por grupos e género encontra-se refletida no quadro seguinte:

		CT em funções públicas por tempo indeterminado	CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo	Comissão de serviço no âmbito da LVCR	Totais
Dirigentes	M			6	6
	F			5	5
Total				11	11
Docentes	M	99	128		227
	F	76	126		202
Total		175	254		429
Pessoal Não Docente	M	77			77
	F	173			173
Total		250			250
Totais	M	176	128	6	310
	F	249	126	5	380
Total		425	254	11	690

Os **11 dirigentes** encontram-se distribuídos internamente da seguinte forma:

		Serviços Centrais	ESEV	ESTGV	ESAV	ESSV	ESTGL	SAS
Nº dirigentes	M	6		1				
	F	2		1				1
Total		8		2				1
Estrutura		73%		18%				9%

O **pessoal não docente** encontrava-se assim distribuído pelas diversas unidades integradas:

		Serviços Centrais	ESEV	ESTGV	ESAV	ESSV	ESTGL	SAS	Total
Nº	M	21	7	24	8	6	4	7	77
Trabalhadores	F	30	29	28	13	20	11	42	173
Total		51	36	52	21	26	15	49	250

Orgânica e financiamento interno

Estatutos do IPV: Despacho Normativo nº 12-A/2009 publicado na 2ª série Diário da República n.º 61/2009, de 27/03 e a Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

Natureza Jurídica: O IPV é uma pessoa coletiva do direito público dotado de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

O IPV integra as seguintes **unidades de ensino e investigação:**

- Escola Superior de Educação de Viseu
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu
- Escola Superior Agrária
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego
- Escola Superior de Saúde
- Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde (CI&DTES).

Estatutos dos SAS: Despacho Normativo n.º 12-A/2009 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 61, de 27 de Março.

Natureza Jurídica: pessoa coletiva de direito público dotado de autonomia administrativa e financeira.

Descrição sumária das atividades do IPV

Ao Instituto cabe-lhe nomeadamente:

-A criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação, orientada e do desenvolvimento experimental;

-A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;

-A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;

-A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;

-A transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico;

-A promoção e apoio á inserção dos estudantes e dos seus diplomados no mundo do trabalho;

-A realização de ações de formação profissional e de atualização e conhecimentos;

-A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;

-A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;

-A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e os países europeus;

-A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Aos **Serviços de Ação Social** cabem-lhe nomeadamente:

-Atribuir bolsas de estudo;

-Conceder auxílios de emergência;

-Promover a criação, manutenção e funcionamento de residências, refeitórios, bares e snack-bares;

-Promover a criação, manutenção e funcionamento dos serviços de informação, reprografia, apoio bibliográfico e de material escolar;

-Promover o estabelecimento de protocolos com os serviços locais, regionais, nacionais e internacionais, a fim de facilitar a integração e o acesso aos estudantes;

-Promover o estabelecimento de protocolos com o Ministério da Saúde, a fim de facilitar o acesso dos estudantes às unidades de restauração (estágios da Escola Superior de Saúde);

-Apoiar as atividades desportivas e culturais;

-Desenvolver outras atividades que, pela sua natureza, se enquadrem nos fins gerais da ação social, nomeadamente a definição de um sistema de bolsas-empréstimo, com a participação de instituições bancárias.

Organização contabilística

O Instituto dispõe de uma norma de controlo interno, normas de procedimentos e regulamentos de:

-Aquisição e gestão de existências;

-Fundo de maneiio;

-Liquidação de cobrança de receita;

-Cadastro e inventário dos bens do imobilizado.

No âmbito da implementação do sistema de gestão de qualidade estão criados procedimentos e impressos próprios no que diz respeito à aquisição de bens e serviços.

Os Serviços de Ação Social dispõem de uma norma de controlo interno, normas de procedimentos e regulamentos de:

– Aquisição e gestão de existências

– Fundo de maneiio

– Liquidação e cobrança de receita

– Cadastro e inventário dos bens do imobilizado.

– Receita

Durante o ano económico de 2012 utilizou-se o livro de registos de faturas, conta correntes dos movimentos bancários e folha de cofre. Aqueles documentos estão informatizados.

O arquivo de documentação é feito por rubrica orçamental e fonte de financiamento. O processo de arquivo é constituído pelos seguintes elementos:

- proposta de requisição e/ou informação do serviço/departamento que requisitou o bem e/ou serviço
- cabimento de verba
- requisição oficial ou cópia do contrato (quando aplicável)
- fatura do fornecedor
- documento de autorização do pagamento
- documento de pagamento
- recibo e/ou comprovativo de pagamento (cópia do extrato bancário)

De acordo com o estipulado no Decreto de Execução Orçamental nº72-A/2010, de 18 de Junho, são elaborados mensalmente os mapas 7.1 e 7.2 – Mapas de controlo de execução orçamental – Despesa e receita previsto no POC - Educação.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

6 – Métodos de consolidação adotados

O método de consolidação utilizado foi o da simples agregação que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público, eliminadas que estejam as operações de transferências e subsídios efetuadas entre as entidades e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades.

Os movimentos de consolidação compreenderam a anulação de saldos e transações intra-entidades relacionadas com:

- a) Transferências internas: 301.100,00€

b) Vendas internas: 5.918,40€

c) Vendas internas: 53,00€

Informa-se ainda que não existiam, a 31/12/2012, quaisquer saldos em dívida entre as duas entidades.

7 – Justificação dos casos excecionais em que não se aplicou o princípio da consistência

Foi derogado, na elaboração das presentes demonstrações financeiras, o princípio da consistência por alteração da política adotada no reconhecimento das propinas, por se considerar que desta forma, as mesmas refletem mais apropriadamente a imagem verdadeira e apropriada da instituição.

A política contabilística utilizada até ao ano anterior no registo das propinas dos alunos, consistia na aplicação do princípio da especialização dos exercícios, portanto, registando o respetivo proveito quando obtido, independentemente do recebimento, compensando contudo, os saldos que evidenciavam risco de incobrabilidade.

Deste modo, eram evidenciadas na Demonstração de Resultados, apenas as propinas para as quais não havia à data de reporte, risco de realização.

No presente exercício, alterou-se o tratamento, passando a registar-se a totalidade das propinas devidas (também de acordo com o princípio da especialização dos exercícios), sendo constituída a respetiva provisão relativamente a créditos de cobrança duvidosa, para os casos que evidenciam risco de incobrabilidade.

Os respetivos efeitos encontram-se quantificados na Nota n.º 38.

9 – Acontecimentos importantes ocorridos após a data das demonstrações financeiras individuais

Não se verificaram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de qualquer uma das entidades incluídas na consolidação entre a data do balanço destas entidades e a data do balanço consolidado.

V- Informação relativas a políticas contabilísticas

18 - Princípios, normas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados

Os princípios e normas contabilísticas adotados foram os constantes no POC-Educação, por forma a dar uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados desta Instituição de Ensino Superior, tendo sido consistentes e homogêneos relativamente a todas as entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras foram consolidadas pelo método da simples agregação, depois de proceder à eliminação das operações e saldos ocorridos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

O imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, está valorizado ao custo de aquisição. Relativamente aos edifícios do domínio público (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e Escola Superior de Educação) o valor inscrito é o que efetivamente foi gasto com as obras de ampliação e grandes reparações ocorridas nos edifícios. Naquele valor não está refletido o custo de aquisição dos referidos edifícios, pois a Instituição continua a aguardar a emissão dos autos de cedência, por parte Direção Geral do Património, que tem vindo a solicitar por escrito para efeitos de regularização desta situação.

A Escola de Saúde está registada de acordo com o valor constante em escritura, tendo sido reforçado aquele valor em virtude de obras de ampliação e remodelação ocorridas no edifício (ao custo de aquisição).

Os ativos cedidos/transferidos por terceiros foram mensurados pelo valor constante dos registos contabilísticos da entidade de origem.

As amortizações estão calculadas de acordo com o método das quotas constantes, sendo utilizadas para o efeito as taxas máximas permitidas previstas no

Decreto Regulamentar nº2/90, de 12 de Janeiro, para os bens com entrada em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999, e na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, em data posterior.

As disponibilidades em Instituições Financeiras estão expressas pelos montantes dos saldos das contas de depósitos e meios de pagamento. Não existem disponibilidades em moeda estrangeira.

Os livros e revistas, constantes do inventário da Instituição, não estão sujeitos a amortização.

As existências são valorizadas pelo custo de aquisição.

Todas as entidades incluídas na consolidação procederam em obediência ao princípio da especialização do exercício.

VI- Informações relativas a determinadas rubricas:

22 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos nas principais rubricas do ativo imobilizado e amortizações respectivas encontram-se descritos nos quadros seguintes:

Imobilizado corpóreo

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Abates		Saldo final
			Abates	regular	
euros-					
De imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	833.240,35				833.240,35
Edifícios e outras construções.....	31.457.441,95				31.457.441,95
Equipamento e material básico.....	10.399.216,59	236.392,89	33.525,31		10.602.084,17
Equipamento de transporte.....	858.583,51				858.583,31
Ferramentas e utensílios.....	331.546,53	2.471,41	1.659,05		332.358,89
Equipamento administrativo.....	6.045.998,78	34.344,74	91.144,50		5.989.199,02
Taras e vasilhame.....					
Outras imobilizações corpóreas.....	566.316,46		1.523,77		582.983,24
	50.492.344,17	291.399,59	127.852,63		50.655.891,19

Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....				
Edifícios e outras construções.....	6.608.091,58	577.166,99		7.185.258,57
Equipamento e material básico.....	9.002.481,53	450.370,84	33.498,72	9.419.353,65
Equipamento de transporte.....	616.114,89	53.948,68		670.063,57
Ferramentas e utensílios.....	297.704,93	11.820,64	1.560,13	307.965,44
Equipamento administrativo.....	5.607.747,63	147.784,08	91.144,50	5.664.387,21
Taras e vasilhame.....				
Outras imobilizações corpóreas.....	258.138,54	28.532,43	1.523,77	285.551,46
	22.390.683,36	1.269.623,66	127.727,12	23.532.579,90

Imobilizado em curso

Em 2012 existia imobilizado em curso no montante de **1.937.335,50€** referente ao:

-Projeto para ampliação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.

-Projeto para construção do pavilhão polidesportivo multiusos do Campos Politécnico do IPV.

-Empreitada do pavilhão polidesportivo multiusos e respetiva fiscalização.

31 – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços por categorias de atividades e geográficas:

Conta/ Atividade	Mercado interno			Mercado externo			Total		
	Ensino	Ação Social	Total	Ensino	Ação Social	Total	Ensino	Ação Social	Total
Vendas	17.223,40	403.419,29	420.642,69				17.223,40	403.419,29	420.642,69

Prestação de serviço	182.847,75	213.200,10	396.047,85				182.847,75	213.200,10	396.047,85
Impostos e taxas	6.162.172,65	0,00	6.162.172,65				6.162.172,65	0,00	6.162.172,65

34 – Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

IPV	177.476,52
SAS	68.691,58
	246.168,10

38 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

A alteração decorrente do preconizado na Nota n.º 7 não tem impactos ao nível dos resultados, contudo tem reflexos ao nível da comparabilidade. Apresentam-se de seguida as rubricas das demonstrações financeiras que não são comparáveis com o ano anterior, bem como a sua reexpressão, com as mesmas políticas:

<u>Demonstração de resultados</u>	2011
72 - Impostos e taxas	183.040,20
67-provisões para cobranças duvidosa	183.040,20
Resultado	0,00

<u>Balanço</u>	2011		
	AB	AP	AL
218 - Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	491.536,02	491.536,02	0,00

39 - Demonstração dos resultados financeiros:

-em euros-

Código de conta	Custos e perdas	Exercício		Código de conta	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros obtidos		47,80	781	Juros obtidos	109.706,20	153.504,44
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades ou subentidades		
683	Amortizações de investim., em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	24.340,01	55.260,92	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados financeiros	85.366,19	98.195,72				
		109.706,20	153.504,44			109.706,20	153.504,44

Como se pode verificar os resultados financeiros aumentou em cerca de 28,5% comparativamente ao ano anterior, neste caso resultante fundamentalmente da taxa de juro de 2,062% para 1,787% e de 1,787% para 0,353% respetivamente, e taxa de retenção do imposto passou de 25% para 26,5%.

40 - Demonstração dos Resultados Extraordinários:

-em euros-

Código de conta	Custos e perdas	Exercício		Código de conta	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferência de capital concedidas			791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			7892	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências		1,00	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	124,81		794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e penalidades		3,25	795	Benefícios de penalizações contratuais		
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões		
697	Correções relativas a exercícios anteriores	18.281,17	70.706,48	797	Correções relativas a exercícios anteriores	19.080,93	59.562,45
698	Outros custos e perdas extraordinárias		124.788,97	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	312.075,78	398.095,27
	Resultados extraordinários	312.750,73	262.158,02				
		331.156,71	457.657,72			331.156,71	457.657,72

41 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria				-
Provisões para cobranças duvidosas		759.144,19		759.144,19
Provisões para riscos e encargos				-
Provisões para depreciação de existências				-
Provisões para investimentos financeiros				-

As provisões para créditos de cobrança duvidosa compreendem:

Item	2012	anos anteriores	total
propinas de alunos	227.612,09	520.626,08	748.238,17
dividas de clientes	8.532,18		8.532,18
alojamento de alunos	2.373,84		2.373,84
Total	238.518,11	520.626,08	759.144,19

Os valores relacionados com propinas, resultam das situações ocorridas e divulgadas nas notas 7 e 38.

A provisão foi constituída por via dos resultados, relativamente a saldos considerados de cobrança duvidosa referentes a propinas do ano letivo 2011/2012 e em resultados transitados (no fundo patrimonial), relativamente a propinas que se referem a anos letivos anteriores.

A rubrica de resultados transitados não foi contudo afetada, uma vez que foi creditada e debitada, simultaneamente, pelo reconhecimento das propinas e para fazer face à constituição da provisão.

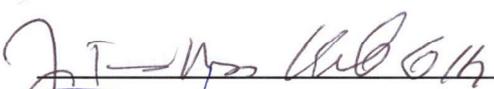
45 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

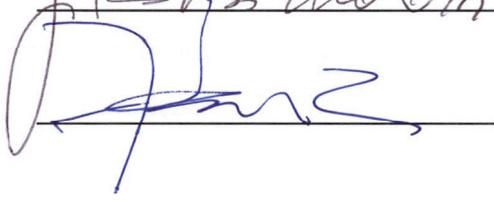
- O IPV é réu num conjunto de ações maioritariamente administrativas que totalizam cerca de 258 mil euros, sendo que se considera reduzida a probabilidade do Instituto vir a ser responsabilizado, até pelo histórico dos processos entretanto resolvidos.
- Os encargos suportados com Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, para a acreditação de cursos, são registados na rubrica de Outros Custos Operacionais e contabilizados no momento do respetivo pagamento, pese embora haja deles que podem vir a ser válidos por mais de um ano letivo.

Considerando que (i) no momento do pagamento não é conhecida a decisão relativamente à acreditação do curso, (ii) o tempo de apreciação da acreditação pela Agência e (iii) a eventualidade da decisão não ser favorável, não é possível estimar com fiabilidade o período pelo qual seriam passíveis de diferimento destes encargos, razão pela qual, prudentemente se optou por não reconhecer os mesmos como ativos.

Apenas foram mencionadas as notas ao balanço e demonstração de resultados por natureza aplicáveis à Instituição.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2013.

O Presidente do Conselho Geral: 

O Secretário do Conselho Geral: 



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU (IPV)**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 41.872.484,30 euros e um total de fundos próprios de 30.763.465,57 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 412.271,92 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, o Mapa dos fluxos consolidados de caixa e o respectivo Anexo do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira, Luísa Maria Rebordão

R. de Olivença, Edifício Topázio, 21 - Sala 407 3000-306 COIMBRA Telef. 239 836 532 Fax 239 836 937 E-mail: geral@sroc44.com
R. Luciano Cordeiro, 113, 6.º, Esq. 1150-214 LISBOA Telef. 213 522 176 Fax 213 521 924 E-mail ms.sroc.lx@netcabo.pt

Capital social: 8.000 €uros - Contribuinte N.º 501 801 804 - Inscrição na O.R.O.C. com o n.º 44
Inscrição no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 1054



OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector Público da Educação em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7 anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:
- conforme mencionado nas notas 7 e 38 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, o IPV passou, a partir do exercício de 2012, a reconhecer nas suas contas as propinas não cobradas relativas a anos lectivos anteriores, encontrando-se, por isso, derogado o princípio da consistência e prejudicada a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Coimbra, 19 de Abril de 2013

P. Matos Silva, Garcia Jr, P. Caiado & Associados, SROC, Lda
representada por:


João Paulo Ferreira (ROC n.º 851)

Demonstração de Resultados Consolidada

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

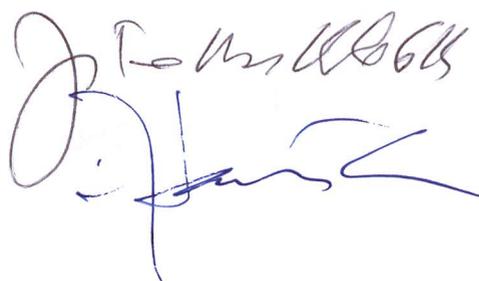
Ano: 2012

Unidade monetária: Euros

		Exercício			
		2012		2011	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	253.941,21		256.712,73	
	Matérias	10.284,06		15.574,71	
			264.225,27		272.287,44
62	Fornecimentos e serviços externos	2.797.582,47	2.797.582,47	3.120.144,14	3.120.144,14
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	15.233.080,56		16.283.797,13	
643 a 649	Encargos sociais				
	Colaboração técnica especializada	123.649,67		254.721,72	
	Outros	2.795.584,32	18.152.314,55	3.017.166,70	19.555.685,55
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	459.422,07	459.422,07	606.406,29	606.406,29
			21.673.544,36		23.554.523,42
66	Amortizações do exercício	1.269.623,66		1.440.657,49	
67	Provisões do exercício para cobranças duvidosas	238.518,11	1.508.141,77	-	1.440.657,49
65	Outros custos e perdas operacionais		125.781,58		82.187,78
	(A)		23.307.467,71		25.077.368,69
68	Custos e perdas financeiros		24.340,01		55.383,75
	(C)		23.331.807,72		25.132.752,44
69	Custos e perdas extraordinários		18.405,98		195.499,70
	(E)		23.350.213,70		25.328.252,14
88	Resultado líquido do exercício		-412.271,92		1.100.589,75
			22.937.941,78		26.428.841,89

Viseu, 24 de abril de 2013

O Presidente do Conselho Geral



Demonstração de Resultados Consolidada

Instituição: **Instituto Politécnico de Viseu**

Ano: **2012**

Unidade monetária: **Euros**

	Proveitos e ganhos	Exercício			
		2012		2011	
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas de mercadorias	420.642,69		583.464,59	
	Vendas de produtos			25.292,87	
712, 713,...	Prestações de serviços	396.047,85	816.690,54	351.504,00	960.261,46
72	Impostos e taxas	6.162.172,65	6.162.172,65	5.793.842,67	5.793.842,67
	Variação da produção a)	-495,69	-495,69	3.555,30	3.555,30
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	251.298,97	251.298,97	428.169,24	428.169,24
74	Transferência e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	15.267.412,40	15.267.412,40	18.631.851,06	18.631.851,06
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		22.497.078,87		25.817.679,73
78	Proveitos e ganhos financeiros		109.706,20		153.504,44
	(D)		22.606.785,07		25.971.184,17
79	Proveitos e ganhos extraordinários		331.156,71		457.657,72
	(F)		22.937.941,78		26.428.841,89

Resumo

Resultados operacionais: (B) - (A) =	-810.388,84	740.311,04
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	85.366,19	98.120,69
Resultados correntes: (D) - (C) =	-725.022,65	838.431,73
Resultado líquido do exercício: (F) - (E) =	-412.271,92	1.100.589,75

Viseu, 24 de abril de 2013

O Presidente do Conselho Geral

[Handwritten signature]

BALANÇO CONSOLIDADO

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

Data de reporte: 31/12/2012

Unidade monetária:

EURO

Código das contas POC - Educação	ACTIVO	Exercícios			
		2012			2011
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público:				
	Imobilizações incorpóreas:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	833.240,35		833.240,35	833.240,35
422	Edifícios e outras construções	31.457.441,95	7.185.258,57	24.272.183,38	24.849.350,37
423	Equipamento e material básico	10.602.084,17	9.419.353,65	1.182.730,52	1.396.735,06
424	Equipamento de transporte	858.583,51	670.063,57	188.519,94	242.468,62
425	Ferramentas e utensílios	332.358,89	307.964,74	24.394,15	33.841,60
426	Equipamento administrativo	5.989.199,02	5.664.387,21	324.811,81	438.251,15
429	Outras imobilizações corpóreas	582.983,24	285.551,46	297.431,78	307.773,66
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	1.937.335,50		1.937.335,50	502.745,27
		52.593.226,63	23.532.579,20	29.060.647,43	28.604.406,08
	Investimentos financeiros:				
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.461,47	-	10.461,47	7.399,93
33	Produtos acabados e intermédios	22.505,83	-	22.505,83	6.203,38
32	Mercadorias	-	-	-	15.565,33
		32.967,30	-	32.967,30	29.168,64
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	23.488,14	-	23.488,14	20.447,91
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	759.144,19	759.144,19	-	-
221	Fornecedores c/c	-	-	-	100,00
24	Estado e outros entes públicos	-	-	-	1,48
26	Outros devedores e credores	61.127,60	-	61.127,60	59.317,20
		843.759,93	759.144,19	84.615,74	79.866,59
	Títulos negociáveis:				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta do tesouro	11.839.026,29	-	11.839.026,29	12.861.136,00
12	Depósitos em instituições financeiras	88.021,06	-	88.021,06	48.629,62
11	Caixa	0,00	-	0,00	0,00
		11.927.047,35	-	11.927.047,35	12.909.765,62
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	669.502,44	-	669.502,44	552.872,19
272	Custos diferidos	97.704,04	-	97.704,04	117.429,05
		767.206,48	-	767.206,48	670.301,24
	Total de amortizações		23.532.579,20		22.390.683,36
	Total de provisões		759.144,19		-
	Total do activo	66.164.207,69	24.291.723,39	41.872.484,30	42.293.508,17

Viseu, em 24 de abril de 2013

O Presidente do Conselho Geral

BALANÇO CONSOLIDADO

Instituição: **Instituto Politécnico de Viseu**

Data de reporte: 31/12/2012

Código das Contas POC- Educação		Unidade monetária: EURO	
		2012	2011
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios:			
51	Património	38.819.902,12	38.819.902,12
	Reservas	38.819.902,12	38.819.902,12
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	205.296,80	205.296,80
		0,00	0,00
		205.296,80	205.296,80
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido do exercício	-7.849.459,43	-8.950.049,18
		-412.271,92	1.100.589,75
		30.763.467,57	31.175.739,49
Passivo:			
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	-	-
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
24	Estado e outros entes públicos		2.304,07
26	Outros devedores e credores	65.100,71	103.492,48
		65.100,71	105.796,55
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	1.662.181,02	1.497.915,94
274	Proveitos diferidos	9.381.735,00	9.514.056,19
		11.043.916,02	11.011.972,13
	TOTAL DO PASSIVO	11.109.016,73	11.117.768,68
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	41.872.484,30	42.293.508,17

Viseu, 24 de abril de 2013

O Presidente do Conselho Geral

